Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

CRIME ORGANIZADO

R$ 100 milhões para segurança potiguar

Montante será usado na finalização de três obras, criação de mais vagas no sistema carcerário e aumento do efetivo de viaturas

» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou ontem um investimento federal de R$ 100 milhões na segurança do Rio Grande do Norte, em meio a uma onda de violência promovida por facção criminosa no estado. O ministro esteve nesta segunda em Natal, onde fez o anúncio, e retornou à tarde para Brasília. O aporte será feito durante o ano, e inclui a finalização de três obras, o aumento do efetivo de viaturas e a criação de mais vagas no sistema penitenciário estadual.

"O anúncio que eu vim fazer à senhora governadora e a todas as autoridades estaduais é de que neste ano, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, aqui do secretário Tadeu (Alencar), e por intermédio da Secretaria Nacional de Política Penal, nós vamos investir R$ 100 milhões no Rio Grande do Norte. Esse recurso será repassado ao Rio Grande do Norte para áreas que foram definidas nesse diálogo com o governo estadual", declarou o ministro em coletiva de imprensa em Natal, na manhã de ontem. Ao seu lado estava a governadora do estado, Fátima Bezerra (PT).

Há sete dias o Rio Grande do Norte sofre com uma onda de violência, organizada por facção criminosa que pede por melhores condições nos presídios estaduais. Os ataques envolveram a queima de prédios públicos, ataques a tiros, ataques a bases da Polícia Militar, queima de veículos e de ônibus. Pelo menos 48 cidades, de acordo com levantamento da PMRN, registraram ataques.

Segundo o ministro, o montante virá de recursos extras do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional. O governo federal assumirá três obras importantes para o estado, aliviando assim o orçamento destinado à segurança. São elas o Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep), o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar e o complexo da Polícia Civil.

Também serão destinados R$ 20 milhões para aumentar o efetivo de viaturas no estado, além de recursos para fortalecer o sistema penitenciário, incluindo a construção de uma nova penitenciária e ampliação do espaço nas prisões existentes. A expectativa de Dino é que sejam criadas entre 600 e 800 novas vagas.

"Nós teremos, já a partir da próxima semana, a presença da nossa equipe trazendo equipamentos. Nós vamos já ter esse aporte financeiro ao longo desta semana e da próxima. Portanto, são ações imediatas, que se desenrolarão a partir da próxima semana e que irão até o final de 2023", afirmou Dino. "Reitero, finalmente, que o presidente Lula tem acompanhado pessoalmente esta crise e que a governadora Fátima tem a nossa confiança, no sentido de que ela é a condutora no enfrentamento dessa crise", acrescentou.

Já a governadora Fátima Bezerra declarou que a Força Nacional deve permanecer no estado por tempo indefinido. "Fiz o pedido ao ministro, que foi acolhido, para prorrogar a presença da Força Nacional no RN o tempo que for necessário para a gente manter a paz e a normalidade", expôs.

Fotos Tom Costa/MJSP



Efetivo da Força Nacional enviado para o Rio Grande do Norte não foi suficiente para debelar os ataques feitos pelas facções criminosas

> **Nós temos uma situação ali de controle progressivo da violência instalada. Tivemos noites, dias, de haver mais de 100 ataques. E nesta madrugada (domingo para segunda) tivemos cerca de cinco"**
>
> ***Flávio Dino,***
> *ministro da Justiça*

"Controle Progressivo"

Em Brasília, Dino convocou uma coletiva de imprensa no Palácio da Justiça para tratar, entre outros temas, das ações anunciadas para o Rio Grande do Norte. Segundo balanço feito até a tarde de ontem, o governo federal já cedeu um total de 700 agentes federais para reforçar o policiamento, sendo 370 da Força Nacional, 30 da Polícia Penal Federal e 300 da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

"Já investimos R$ 5,3 milhões, e esperamos que isso chegue a R$ 10 milhões ao todo. Cerca de 130 prisões foram efetuadas, e tivemos até aqui, apesar de todos os ataques, apenas dois óbitos. Infelizmente, um desses óbitos foi de um policial penal", lamentou Dino. "Nós temos uma situação ali de controle progressivo da violência instalada. Tivemos noites, dias, de haver mais de 100 ataques. E nesta madrugada (domingo para segunda) tivemos cerca de cinco", acrescentou. Na coletiva também estavam o diretor-geral da PF, Andrei Passos, e o secretário Tadeu Alencar.

De acordo com o ministro, ainda nesta semana a pasta deve enviar armamentos, incluindo armas longas, e veículos ao estado, além das ações previstas no pacote de R$ 100 milhões anunciado, que devem começar na semana que vem. Questionado sobre as ações criminosas, Dino respondeu que acredita que a situação já está controlada e não deve se repetir em outros estados.

"Até agora não há nenhuma indicação de extrapolação desta crise, ou seja, de saída das fronteiras do Rio Grande do Norte. Nossa equipe permanecerá lá e haverá avaliação diária. Evidentemente vamos manter essa cooperação", frisou o ministro.

Controle de armamentos

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, frisou ontem que o prazo de 3 de abril para recadastramento de armas de fogo não será prorrogado, e que haverá uma busca ativa por armamentos ilegais após o término da janela. Em balanço parcial, Dino divulgou que 81% das armas registradas já foram recadastradas, superando a meta inicial de 80% estabelecida pela pasta. O processo teve início em 1º de fevereiro.

"Das 762.365 armas que contavam no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), nós temos nesse momento recadastradas 613.834. Ou seja, nós ultrapassamos nossa meta de 80%", explicou o ministro em coletiva de imprensa na tarde de ontem, no Palácio da Justiça. Ao seu lado estavam o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos, e o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar.

"Chama atenção, contudo, que nós temos um percentual mais alto de cadastramento das armas de uso permitido do que o das armas de uso restrito. Esse é o alerta que eu gostaria de fazer aqui a todos os detentores de armas", acrescentou Dino. De acordo com o levantamento, das 62.870 armas de uso restrito em registro, apenas 33 mil já foram recadastradas, 52% do total. "Restam 14 dias para o término do prazo de recadastramento, e esse prazo não será prorrogado", afirmou o ministro.

Após o recadastramento, o Ministério da Justiça vai concluir o desenho da nova legislação para armas, que está sendo estudada por um grupo de trabalho liderado pela pasta. A finalização da norma depende do processo de recadastramento, e deve ser entregue ao presidente Lula no final de abril, estima Dino. "E com isso nós vamos ter o regramento definitivo no que se refere a clubes de tiro, armas de uso restrito e por aí em diante", pontuou.

Encerrado o prazo de 3 de abril, todas as armas não cadastradas serão consideradas ilegais. (**VC**)

Notícia-crime contra bolsonaristas na rede

» SAMANTA SALLUM

O ministro da Justiça, Flávio Dino, enviou hoje documento ao ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do inquérito 4.781, afirmando ter sido alvo de crime em virtude do "cometimento de ilícitos penais" por parte dos deputados federais Eduardo Bolsonaro, Carlos Jordy, Paulo Bilynsky, Otoni Moura Júnior, Cabo Gilberto e dos senadores Flavio Bolsonaro e Marcos do Val.

Dino denuncia na notícia-crime que teve o nome envolvido em fake news por ter, no exercício do cargo de ministro da Justiça, participado, em 13 de março, de evento no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

No documento, elenca uma série de postagens, de autoria dos parlamentares citados, que insinuam o envolvimento do ministro com organizações criminosas que atuam no complexo da Maré, no RJ.

Uma das postagens de Eduardo Bolsonaro diz: "Flávio Dino, o ministro que entra na Maré, complexo de favelas mais armado do Rio, com apenas 2 carros e sem trocar tiros. Vamos convocá-lo na Com. Segurança Pública para explicar o nível de envolvimento dele e seu chefe, Lula, com o crime organizado carioca. Isto é um absurdo!"

Em outra, o deputado Carlos Jordy publica imagem montada em que PMs estão com a cara de Dino, dizendo que os policiais agora usam máscara com rosto de ministro para poderem entrar na Maré sem sofrerem violência.

Na comunicação de crime, Dino pede apuração ao STF. "Por todo o exposto e considerando precedente do Supremo Tribunal Federal acerca de parlamentares federais, solicita-se a inclusão no Inquérito Policial e a apuração da responsabilidade ", pede Dino.

Dino relata que foi alvo das insinuações por ter participado do lançamento do Boletim "Direito à segurança pública na Maré", publicação que a Redes da Maré faz anualmente desde 2016 e que apresenta a sistematização dos dados sobre os impactos da violência armada na região de 140 mil habitantes.

A Redes da Maré é uma organização da sociedade civil que nasceu a partir da mobilização comunitária e atua para articular soluções para os problemas da população local. A partir do Boletim, a entidade busca sugerir e reivindicar políticas públicas.

Ele anunciou também que a Polícia Federal vai instaurar um inquérito único para apurar os casos de violência política de gênero. "A PF vai tratar esses casos de violência política de gênero como crimes federais, ultrapassando a ideia de crimes contra a honra apenas", declarou Flávio Dino.

"Há pessoas que se dedicam profissionalmente a atacar as mulheres na política. São quadrilhas que se dedicam a tentar reprimir a presença de mulheres na política. E isso é inaceitável", completou. (**Colaborou VC**)



Ministro no Complexo da Maré (RJ): alvo de provocações bolsonaristas